



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**O DEBATE BRASILEIRO SOBRE PLURIATIVIDADE: IMPLICAÇÕES
SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

RAQUEL PEREIRA SOUZA; MARCELO SANTOS SOUZA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

RAQUEL.P.SOUZA@GMAIL.COM

APRESENTAÇÃO ORAL

AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE

**O DEBATE BRASILEIRO SOBRE PLURIATIVIDADE: IMPLICAÇÕES
SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

RAQUEL PEREIRA SOUZA; MARCELO SANTOS SOUZA;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

RAQUEL.P.SOUZA@GMAIL.COM

APRESENTAÇÃO ORAL

AGRICULTURA FAMILIAR E RURALIDADE

**O DEBATE BRASILEIRO SOBRE PLURIATIVIDADE: IMPLICAÇÕES
SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

O fenômeno da pluriatividade tem sido um tema bastante debatido e controverso. Nesse debate destacam-se duas perspectivas teóricas que polarizam o debate que são: a do “novo rural” e a da pluriatividade como “estratégia de reprodução social”. Essas perspectivas, apesar de vêem esse fenômeno como eixo dinâmico para o desenvolvimento do meio rural, possuem interpretações diferentes do que vem a ser a pluriatividade. Assim, esse artigo tem por objetivo esclarecer as diferenças, no que diz respeito às construções teóricas de cada uma delas, conceitos utilizados e implicações, tanto no que diz respeito aos elementos necessários para a construção de um processo virtuoso de desenvolvimento, quanto às implicações deste em termos de políticas públicas. Aponta-se que, apesar de ambas perspectivas tratarem do mesmo fenômeno, as implicações em termos de políticas públicas são parcialmente distintas, como decorrência das origens teóricas de ambas.

Palavras-chave: pluriatividade, atividades não-agrícolas, desenvolvimento rural.

Abstract

The phenomenon of the pluriactivities has been a theme quite discussed and controversial. In that debate they stand out two theoretical perspectives that they polarize the debate: the perspective of the "new rural" and the other which the pluriatividade is considerate an "strategy of social reproduction." Those perspectives, in spite of they see that phenomenon as dynamic axis for the development of the rural way, they possess interpretations different from what comes to be the pluriactivities. Like this, that article has for objective to explain the differences between this theoretical perspectives, in what it says respect about, the theoretical constructions, concepts, the elements that are necessary for the construction of a virtuous process of development and the implications of this in terms of public politics. It is appeared that, in spite of both perspectives they treat of the same phenomenon, the implications in terms of public politics are partially different, as consequence of the theoretical origins of both.

Key words: pluriactivities, no-agricultural activities, rural development

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre os caminhos do desenvolvimento rural brasileiro vem se aprofundando nos últimos anos, principalmente tendo em vista, que há certo consenso entre os estudiosos de que a proposta de desenvolvimento do meio rural, a partir da modernização da agricultura foi limitada, gerando benefícios somente para uma parte da agricultura brasileira. Uma das críticas feitas a esse modelo de desenvolvimento foi seu caráter homogeneizante, ou seja, que pouco considerou as especificidades das regiões rurais onde se processou, excluindo tipos de produtores e regiões do país.

Contudo, essa mesma crítica poderia ainda ser aplicada, em certa medida as políticas públicas atualmente aplicadas ao meio rural, à medida que estas têm um caráter essencialmente agrícola, deixando, portanto de considerar que o rural não é mais um espaço somente agrícola, mas também um espaço onde cada vez mais se processam dinâmicas que vão para além da produção agropecuária.

Uma das justificativas mais que explicam a inadequação das políticas públicas para o meio rural brasileiro deriva de ser recente a discussão no Brasil sobre o que o que vem a ser o desenvolvimento rural e as estratégias para alcançá-lo, já que este debate vem avançado nos



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Brasil principalmente a partir dos anos de 1990, enquanto nos países europeus esse debate tem mais de quatro décadas.

Não há uma definição precisa e consensuada sobre o que denotaria a palavra “desenvolvimento”, e da mesma forma, a expressão “desenvolvimento rural”, e por isso, tem sido um tema bastante controvertido dentro dos estudos dedicados ao meio rural.

Dentre as discussões sobre desenvolvimento rural podemos destacar algumas contribuições. A primeira delas seria a de Veiga (2001) que entende que o desenvolvimento rural como sendo um processo sistêmico, a partir do qual a economia tem a possibilidade de, ao mesmo tempo, crescer, reduzir desigualdades e ainda preservar o meio ambiente. O referido autor aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal, principalmente, para a formação de arranjos institucionais.

Mior (2000) ressalta que tanto Veiga como Abramovay observam que qualquer estratégia de desenvolvimento do meio rural no Brasil tenha que, necessariamente, passar pelo fortalecimento da agricultura familiar, sendo que ambos chegam a essa conclusão a partir da experiência observada nos países europeus.

Já Navarro procurou trançar uma definição mais operacional do que vem a ser o desenvolvimento rural. Segundo ele, a expressão desenvolvimento rural denotaria uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. Portanto, o Estado nacional é o seu principal agente, à medida que seria o único ator que possui legitimidade de promover uma mudança social, com um caráter previamente definido (Navarro, 2001). A partir dessa concepção então, a definição do que seria precisamente o desenvolvimento rural variaria ao longo do tempo.

O que se observa é que, em geral, as formulações sobre o desenvolvimento rural se referem à mudanças no ambiente que levem a uma melhoria da qualidade de vida no meio rural, com simultânea redução das desigualdades. Além disso, de forma recorrente o Estado tem um papel chave nesse processo, à medida que as políticas públicas seriam instrumentos privilegiados para uma mudança no ambiente, que permita o desenrolar de uma trajetória de desenvolvimento.

Assim, as divergências sobre o processo de desenvolvimento surgiriam das estratégias escolhidas, da hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas.

Várias abordagens teóricas do desenvolvimento têm sido utilizadas para pensar o rural. Algumas destas foram formuladas, a partir da observação do próprio meio rural, como por exemplo, a apresentada pelos ingleses Ellis e Biggs (2001). Já outras foram pensadas de forma ampla, no entanto, estas têm sido utilizadas para interpretar os processos de desenvolvimento do meio rural, como por exemplo, a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2001).

Há vários recortes teórico-metodológicos possíveis dentro do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, os quais poderiam ser segmentados a partir do elemento propulsor do desenvolvimento. São exemplos desses recortes as abordagens: centrada no fortalecimento da agricultura familiar a partir de seu empreendedorismo, cujas referências são os trabalhos Veiga (1998) Abramovay (2003, 2006); a centrada no fortalecimento da agricultura familiar, a partir de sua capacidade de produção de matérias-primas e alimentos, cujas referências são os trabalhos Buainain et al. (2003), Guanzirolli et al. (2001). Poderíamos ainda citar a corrente



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



do desenvolvimento a partir da pluriatividade e das atividades não-agrícolas, cujos principais trabalhos fazem parte do Projeto Rurbano, sendo alguns dos mais importantes deles Graziano da Silva (2003, 2001a, 2001b), Graziano da Silva e Campanhola (2000), Graziano da Silva e Grossi (2001), Schneider (2000, 2003 2005), Mattei (1999), Kageyama (1998) dentre outros.

É sobre este último enfoque, do desenvolvimento rural centrado na pluriatividade e nas atividades não-agrícolas, a que se dedica o presente artigo. Apesar, do grupo de pesquisadores envolvidos nessa abordagem observarem a pluriatividade como um elemento propulsor do desenvolvimento, há diferenças teóricas importantes entre eles, que implicam em diferentes interpretações do que vem a ser o fenômeno da pluriatividade, sua relação com o desenvolvimento rural, o que por sua vez, acaba se refletindo em diferentes proposições em termos de políticas públicas.

Com o objetivo de esclarecer as diferenças e implicações das duas teses que polarizam o debate sobre a pluriatividade, o presente artigo, para além dessa breve introdução, discute os conceitos, origens teóricas, implicações em termos do desenvolvimento rural e das políticas públicas para ambas perspectivas da pluriatividade, procedendo a comparações entre ambas. Posteriormente são apresentadas as críticas a abordagem da pluriatividade e finalmente tecidas algumas considerações finais.

Vale ressaltar que, a discussão proposta no presente artigo é feita, principalmente, à luz do debate brasileiro sobre pluriatividade e desenvolvimento rural.

2. AS ABORDAGENS DA PLURIATIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES

Diferentemente da Europa, onde o termo pluriatividade se originou a partir do meio técnico nos anos de 1970, essa noção no Brasil foi introduzida pelo debate acadêmico nos anos 1990, a partir dos estudos voltados para a compreensão das estratégias de reprodução social da agricultura familiar (Carneiro, 2005).

Porém, entre os acadêmicos que estudam a pluriatividade no meio rural brasileiro, não há uma única interpretação desse fenômeno e, conseqüentemente, das políticas que seriam mais adequadas para que esse fenômeno desencadeasse um processo virtuoso de desenvolvimento no meio rural.

Antes de aprofundarmos essa discussão, é importante explicitar a diferença entre a pluriatividade e as atividades não-agrícolas, já que estes dois fenômenos não são sinônimos, mas que, em certas situações, podem estar bem próximas de sê-lo.

Em termos práticos, as atividades não-agrícolas se referem àquelas atividades que "(...) não estão relacionadas diretamente com as lides da produção agropecuária propriamente dita" (Graziano da Silva, 2001b, p.16). Já por famílias pluriativas compreendem-se aquelas, onde ao menos um membro exerceu uma atividade agrícola e ao menos um membro exerceu uma atividade não-agrícola (Graziano da Silva, 1994).

Assim, a pluriatividade necessariamente implica na existência de atividades não-agrícolas, mas a existência de atividades não-agrícolas não necessariamente implica na existência da pluriatividade, pois, se no limite todos os indivíduos de uma família rural estiverem envolvidos somente com atividades não-agrícolas, esta por sua vez, não será pluriativa.

Nesse sentido, Schneider (2000) chama a atenção que o aumento dos números de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas não está necessariamente associado ao



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



fenômeno da pluriatividade, podendo estar mais relacionada com as alterações no mercado de trabalho rural, expressando novos modos de ocupação da força de trabalho.

De forma genérica Carneiro (2005) coloca que em termos empíricos a pluriatividade caracterizaria fenômenos recentes do meio rural, que se expressam por dois fenômenos principais: o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural (e a conformação de novas identidades sociais) e a crise de reprodução da agricultura de base familiar. Assim, para essa autora o debate da pluriatividade no Brasil integra o debate do significado das atividades não-agrícolas no meio rural, mas com o qual é freqüentemente confundido.

Nesse sentido, as atividades não-agrícolas podem ser segmentadas de diferentes formas, de acordo, com o que se pretende estudar. Fuller (1990) citado por Nascimento (2005, p.41) coloca que “(...) a adoção do termo pluriatividade obedece a seu mais amplo significado ao estar referido a uma unidade econômica que realiza outras atividades além da agricultura, tanto dentro como fora da exploração, e pelas quais obtém distintos tipos de remuneração”. E segundo ele estariam englobadas dentro da pluriatividade, além da agricultura, as atividades realizadas pela unidade familiar agrária: a) o emprego em outras explorações agrárias; b) as atividades denominadas para-agrárias, que estão relacionadas ao trabalho no interior do estabelecimento, como a transformação de alimentos; c) as atividades não-agrárias realizadas na exploração, como o turismo e o artesanato; e d) o emprego fora da exploração e do setor agrário.

O fenômeno da pluriatividade é considerado bastante complexo e como decorrência disso, suficientemente controvertido, dado que não há consenso sobre seu conceito nem sobre a natureza de sua inserção. Como coloca Cortez, Sacco dos Anjos e Caldas (2005, p.138) “(...) dada a complexidade do fenômeno, a questão que permanece em debate na literatura específica é o modo peculiar de expressão da pluriatividade e a natureza de sua inserção. Trata-se de uma diversidade que se apresenta singular, à medida que cada família tem um modo específico de inserção pluriativa, que depende de si mesma e do entorno sócio-econômico de influência direta”. Já Schneider (2003) aponta que as divergências em torno do que vem significar a pluriatividade derivam da pouca clareza ou consenso que se tem no Brasil em relação ao fenômeno que se pretende referenciar.

Sacco dos Anjos (2000) assim como Nascimento (2005) identificam três principais enfoques para explicar e interpretar a pluriatividade: a) a que busca explicar o fenômeno da pluriatividade a partir de uma perspectiva macroestrutural, centrado o foco nas mudanças e transformações das estruturas sociais e econômicas como fundamentais para determinar o aparecimento do fenômeno em voga. O paradigma marxista é a principal fonte de inspiração, principalmente os aportes teóricos de Kautsky e Lênin, e segundo essa perspectiva, a pluriatividade é interpretada como um fenômeno de transição entre a agricultura tradicional e o desaparecimento da mesma; b) a que busca explicar o fenômeno da pluriatividade como sendo fruto da estratégia de reprodução social da unidade familiar agrária. Ou seja, observa o fenômeno do ponto de vista microestrutural, onde o grupo familiar se constitui um ator social coletivo e que tem primazia na explicação do fenômeno da pluriatividade em relação à outros aspectos; c) aquela que busca agrupar as duas perspectivas anteriores num único corpo teórico

É importante ter presente que, mesmo considerando as três abordagens do fenômeno da pluriatividade, o foco da análise a seguir está voltado para a comparação entre os dois extremos de interpretação do fenômeno, ou seja, a perspectiva teórica macroestrutural e o



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



microestrutural, destacando suas diferenças teóricas e suas implicações em termos do desenvolvimento rural e em termos de políticas públicas.

A primeira delas teria no Brasil, como principais referências os trabalhos de Graziano da Silva. Essa abordagem considera que estaria havendo um processo de mudança no perfil sócio-técnico do meio rural, fruto da diversificação das atividades econômicas e que isso estaria concorrendo e mesmo substituindo as atividades agrícolas, conformando o chamado “novo rural”. Nesse contexto, a pluriatividade, entendida como a combinação da atividade agrícola com atividade não-agrícola numa unidade familiar, seria a expressão do “transbordamento do urbano sobre o rural”, e se caracterizaria pela redução do peso econômico da atividade agrícola, sendo entendido como evidência da falência de certas formas de agricultura familiar.

A segunda vertente teria como referência os trabalhos de Sérgio Schneider, Maria Nazareth Wanderley Baudel, dentre outros. Para essa abordagem a pluriatividade é encarada como sendo parte do processo de reprodução social das famílias agrícolas, sendo, portanto, muito mais um mecanismo de manutenção da atividade agrícola do que uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola¹.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sob ambas vertentes teóricas é feita na seqüência uma breve síntese teórica.

2.1. A perspectiva do “Novo Rural”

Graziano da Silva (2003) parte da idéia de que a pequena produção camponesa tem dois papéis principais nas economias capitalistas que são: o de produzir alimentos e matérias-primas e fornecer mão-de-obra barata. Contudo, conclui que, atualmente, no caso da produção de alimentos e matérias-primas essa contribuição já é pouca expressiva, dado que a modernização da agricultura nos anos 1970 permitiu ganhos de produtividade tamanho que dispensam a produção de pequena escala dos agricultores familiares. Além disso, a modernização agrícola fez avançar o processo de proletarização, o que por sua vez, aumentou a utilização do trabalho assalariado, ainda que preservando a agricultura familiar em muitas áreas.

Porém, o autor identifica que parte significativa desses assalariados rurais não é constituída pelo que ele chama de assalariados rurais “puros”, mas por semi-proletários, que são os pequenos produtores que, dada a insuficiência de seus meios de produção, são obrigados a vender sazonalmente sua força de trabalho em outras propriedades praticando assim, atividades não-agrícolas ou o trabalho acessório (Graziano da Silva, 2003).

Assim esse autor, coloca que o avanço do capitalismo sob o campo através da modernização da agricultura intensificaria as características encontradas nas unidades familiares, segundo o qual o trabalho acessório (ou não-agrícola) é uma. Ele identifica como sendo quatro as características básicas da ocupação dos membros das unidades familiares: (i) o trabalho acessório fora da unidade de produção; (ii) as longas jornadas de trabalho

¹ Vale ressaltar que ambas vertentes teóricas estão presentes dentro das pesquisas levadas a cabo pelo Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro que objetiva analisar as recentes transformações nas relações entre rural e urbano em 11 estados brasileiros e quem tem sido o grande aglutinador das pesquisas sobre pluriatividade e atividades não-agrícolas no Brasil



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



combinadas com a subocupação; (iii) os baixos níveis de renda e (iv) a baixa produtividade. O trabalho acessório teria a finalidade de complementar à renda familiar. Já as longas jornadas de trabalho se justificariam, em virtude da baixa produtividade da unidade familiar, assim para se tornar viável num circuito de agricultura moderna a pequena produção teria que dispender maior quantidade de trabalho. Por outro lado, a pequena produção que não se modernizou esta sujeita a subocupação, pois não consegue ocupar seus membros ativos dada a exigüidade dos recursos produtivos de que dispõem. Já a baixa produtividade é consequência da insuficiente tecnificação, da subocupação da mão-de-obra e da pior qualidade dos recursos naturais (Graziano da Silva, 2003).

A partir dessas características a persistência da pequena produção no Brasil dever ser compreendida, então, como parte de uma luta de resistência para permanecer na terra pela absoluta falta de outra opção produtiva (Graziano da Silva, 2003). Sob essa ótica, a pluriatividade nada mais é do que um instrumento utilizado pelos pequenos agricultores para persistirem no meio rural, em virtude da perda de suas funções principais relacionadas à produção de alimentos e matérias-primas. Nesse sentido, a pluriatividade seria um fenômeno de caráter estrutural, pois seria uma resposta às condições do ambiente no qual a unidade familiar estaria inserida.

Graziano da Silva (1997) aponta ainda que, esse processo de diferenciação social já teria ocorrido nos países europeus, em virtude da intensa modernização agrícola pelo qual passou o continente e que, portanto, a pluriatividade naquele continente seria resultado desse processo. Dessa forma, quando ele observa o fenômeno no Brasil interpreta o fenômeno também à luz do que aconteceu no velho continente.

Vários estudos têm apontado nessa direção. Nascimento (2005), Matei (1999) e Souza (2000) ao realizarem estudos de caso sobre a pluriatividade em diferentes municípios chegam a mesma conclusão, de que a pluriatividade estaria mais relacionada às condições sócio-econômicas da região do entorno, ou seja, estaria mais vinculada ao ambiente no qual está inserido do que relacionado à estratégia das famílias que são pluriativas.

Em grande medida, a base teórica da vertente do “Novo Rural” tem origem marxista-leninista, o que pode facilmente verificável, já que sua análise do rural se dá a partir do avanço do capitalismo sobre o campo, enfoque esse nitidamente marxista.

Do arcabouço teórico leninista é resgatado a teoria sobre a decomposição do campesinato, que é fundamental para compreender o porquê a pluriatividade e as atividades não-agrícolas ganham espaço no meio rural. Segundo esse autor, não haveria diferença qualitativa entre a agricultura e a indústria. Então, da mesma forma como aconteceu no setor industrial, o processo de avanço do capitalismo sobre a agricultura levaria a decomposição rápida do campesinato “médio”, criando dois tipos novos de população rural, que seriam a burguesia rural e o proletariado rural ou campesinato pobre (Lênin, 1988).

Assim, o “Novo Rural” seria fruto desse processo de mudança ocorrida no meio rural, que teve origem no avanço do capitalismo sob o campo. Segundo Graziano da Silva (*apud* Mior, 2001, p.9), o novo rural somente pode ser compreendido atualmente como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização da atividade econômica, “(...) as cidades não mais seriam identificadas com a atividade industrial nem os campos com a agricultura e pecuária (...)”.

Como coloca Sacco dos Anjos (2000, p.18) “(...)Lenin rechaza totalmente la idea de que la pequeña producción mercantil (pequeña burguesía) pueda significar un modo de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



producción específico y particular, poseedor de leyes propias y de una lógica específica de funcionamiento. Al contrario, representa la exacta manifestación de la contradictoria condición de clase que oscila entre tendencias patronales y proletarias. Por fin, el análisis leninista contradice radicalmente la tesis de la estabilidad de la pequeña producción mercantil que habrá de enfrentarse inevitablemente al proceso de concentración y centralización del capital en la agricultura, como el resto en todas las esferas de la actividad productiva y social”.

Assim, estaria em curso (mesmo dentro da heterogeneidade das pequenas explorações familiares) um processo de diferenciação social que transforma permanentemente a pequena produção. Nesse processo de diferenciação social, três pontos são fundamentais (Graziano da Silva, 2003):

1) há uma diferenciação básica da pequena produção que tem como situações limites uma parcela de unidades produtivas em processo de tecnificação e capitalização, conduzindo a formação de pequenas empresas familiares e uma parcela em processo de proletarianização e marginalização da atividade produtiva, havendo ainda uma faixa intermediária.

2) Essa diferenciação, anteriormente citada, reflete-se de forma funcional nos dois papéis da pequena produção: a produção de alimentos e matérias-primas, que estaria associada à camada de explorações mais capitalizadas e tecnificadas e a função de reservatório de mão-de-obra que estaria associado a faixa de pequenas explorações marginalizadas.

3) A diferenciação estaria sendo refletida também em termos regionais, em função da predominância de um ou outro grupo, possibilitada pelas condições diferenciadas do desenvolvimento capitalista no campo em nível nacional. Destacando-se, nesse sentido, o papel do Estado em determinar o sentido ascendente ou descendente da diferenciação das pequenas explorações nas regiões do país.

Dessa forma, o recurso as atividades não-agrícolas seria a forma utilizada pela parcela de unidades familiares em processo de proletarianização e marginalização da atividade produtiva agrícola para sobreviver e muitas vezes viabilizar à prática de atividades agrícolas.

Assim a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário, Graziano da Silva e Grossi (2001) chegam à seguinte conclusão em relação a esse processo de diferenciação nos anos 90 “(...) a queda da rentabilidade e o aumento do salário mínimo vem promovendo uma verdadeira diferenciação, obrigando as famílias agrícolas menos eficientes a se converterem crescentemente em empresários familiares pluriativos, diversificando suas fontes de rendas. Os pequenos empregadores, por sua vez acabam se direcionando ao grupo formado pelos produtores com um maior caráter de subsistência, já que não conseguem encontrar novos nichos de mercado e/ou atividades não-agrícolas para completar suas rendas”.

Os autores apontam ainda que esse processo de diferenciação da estrutura social dos produtores agrícolas está se intensificando. Isso seria decorrente, principalmente, da queda da rentabilidade agrícola que estaria associada a três elementos fundamentais: a queda dos preços dos produtos agropecuários, associado em grande medida à abertura comercial promovida nos anos 1990, a elevação dos custos do trabalho e do crédito rural ocasionado pelo aumento do salário mínimo, o aumento das taxas de juros e em terceiro lugar o arrefecimento do ritmo de inovação da agropecuária brasileira, em virtude da redução do montante de recursos destinado ao desenvolvimento de tecnologias, especialmente aquelas adaptadas à agricultura de pequena



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



escala pelo Estado. Esses três elementos ocasionariam impactos diferenciados entre tipos de produtores familiares e patronais, grandes e pequenos (Graziano da Silva e Grossi, 2001).

Contudo, é importante ressaltar que os autores defendem que a pluriatividade não pode ser considerada como um processo de proletarização resultante da decadência da propriedade familiar, mas como uma “etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas” (Graziano da Silva, Grossi e Campanhola, 2002, p.41), onde parte dos pequenos produtores recorrem as atividades não-agrícolas, como forma de subsistir no meio rural. Isso, portanto, daria um caráter de transitoriedade ao fenômeno da pluriatividades, á medida que ele se tornará ou proletário, ou agricultor, que seria a expressão da burguesia no meio rural.

Para Graziano da Silva (2003) pelo fato de ainda estar havendo esse processo de diferenciação social dentro do meio rural, crê ser impraticável se pensar em políticas homogêneas, em blocos, dado a heterogeneidade da estrutura que esse processo ocasionou. Portanto, é necessário se pensar novas políticas para a agricultura brasileira que dêem conta dessa diversidade.

Por outro lado, ao considerar o rural como sendo um *continuum* do urbano, e tendo o “novo rural” como característica principal o crescimento das atividades não-agrícolas, a dinâmica no meio rural passa a não depender mais das atividades agrícolas, mas sim das dinâmicas relativas ao crescimento das atividades não-agrícolas. Assim, o meio rural passa a ter características antes próprias do meio urbano, conseqüentemente, ampliam se as opções de atividades e de empregos e de renda não-agrícola, contribuindo para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social (Graziano da Silva e Campanhola, 2000).

Graziano e Grossi (2001), a partir de pesquisa realizada pelo projeto Rurbano, constataam que as rendas das famílias agrícolas são sempre menores que a das famílias pluriativas². Isso significa que a possibilidade de obter rendimentos não-agrícolas tem sido fundamental para a elevação das rendas das famílias que dependem das atividades agropecuárias.

Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002) apontam que essa nova conformação do meio rural brasileiro surge a partir dos anos de 1980 e seria composto basicamente por três grupos de atividades: (1) uma agropecuária produtora de commodities estreitamente interligada com as agroindústrias; (2) um conjunto de atividades não-agrícolas (ligadas a moradia, lazer, atividades industriais e prestação de serviços); (3) um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado.

Tendo em vista então essa nova configuração do rural, as políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural devem ser redirecionadas considerando esse novo contexto. Nesse sentido, as políticas agrícolas não são mais suficientes, pois não contemplam a grande variedade de dinâmicas de ocupações presentes no ambiente rural. Haveria muitas possibilidades emergentes de geração de renda para a população do meio rural, que não estão sendo consideradas nas políticas públicas. Nesse sentido, a sugestão é que sejam adotadas políticas “não agrícolas” para o desenvolvimento rural.

Contudo, apesar de se crer no potencial da pluriatividade no meio rural, Graziano da Silva e Campanhola colocam que o que se pretende não é que os agricultores deixem as

² Por famílias pluriativas compreende-se aquelas onde ao menos um membro exerceu uma atividade agrícola e ao menos um membro exerceu uma atividade não agrícola



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



atividades agrícolas e passem para atividades não-agrícolas, mas que as novas oportunidades geradoras de renda para a população rural sejam contempladas por políticas públicas, e que o Estado e suas instituições sejam agentes incentivadores e orientadores dessas transformações (2000).

No caso brasileiro, Graziano da Silva sugere cinco grupos de políticas consideradas por ele fundamentais para o desenvolvimento das áreas rurais (2001b, p.52):

a) políticas de desprivatização do espaço rural, tais como, a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;

b) políticas de urbanização do meio rural visando à criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;

c) políticas de geração de renda e ocupações agrícolas e não-agrícolas, que visam estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;

d) políticas sociais compensatórias ativas, tais como, aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças dentre outros;

e) um reordenamento político-institucional, que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Assim, o autor coloca que é preciso remover o viés agrícola das atuais políticas públicas, sem o qual o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido, dado o processo de urbanização que estaria avançando sobre o rural. Dessa forma, políticas voltadas, em geral, para o meio urbano, como parte das citadas anteriormente, deveriam ser estendidas para o meio rural.

Por outro lado, o problema da produção de alimentos no Brasil, já teria sido resolvido com a modernização da agricultura. Graziano da Silva (2001a) defende que uma reforma agrária não deva ter um caráter estritamente agrícola. Segundo ele, a reforma agrária hoje é necessária para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional. É completa colocando que uma reforma agrária que permitisse combinar atividades agrícolas e não-agrícolas poderia ter também a vantagem de necessitar de menos terra, barateando de modo significativo o custo das famílias assentadas. Nesse sentido, ele pensa muito mais numa reforma agrária de caráter social do que econômico-produtivo.

Os autores que desposam da perspectiva do “novo rural”, ao contrário dos demais autores que encaram a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social, aparentemente não demonstram grande preocupação em diferenciar as atividades não-agrícolas da pluriatividade, pois para os primeiros a pluriatividade nada mais é do que uma etapa, portanto transitória, do processo de diferenciação social, onde os pequenos produtores recorrem a atividades não-agrícolas, com o objetivo de persistirem no meio rural. Já para os segundos a pluriatividade não é simplesmente um mecanismo de persistência da agricultura familiar perante o avanço do capitalismo, mas é principalmente, uma estratégia interna a



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



família pluriativa, portanto muito mais complexa que um simples mecanismo de resistência, como será visto na seqüência.

2.2. A pluriatividade vista como estratégia familiar de reprodução social

Conceitualmente para Schneider (2000, p.2) a pluriatividade pode ser entendida como “(...) uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, as formas familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas muitas vezes para se afirmar como uma forma social de características variadas e diversas em um regime social capitalista”.

O trecho acima expõe uma das principais diferenças entre a pluriatividade vista pela perspectiva teórica do “novo rural” e da “reprodução social”. Para os primeiros, a pluriatividade é um recurso utilizado pelas famílias para garantirem sua subsistência, enquanto para os segundos não. Para essa abordagem a pluriatividade iria para além da perspectiva do “novo rural”, pois ela é considerada muito mais como parte da estratégia familiar do que tão somente condicionada por fatores externos (econômicos e sociais). Schneider coloca que “(...) a pluriatividade refere-se a uma ampla diversidade de relações de trabalho que se metamorfoseiam em função do ambiente social e do sistema econômico em que estão inseridas” (1994, p.124).

Segundo os estudiosos dessa perspectiva teórica, a visão da pluriatividade como uma conseqüência macroestrutural não é hábil o suficiente para compreender a diversidade de orientações, atitudes e estratégias que as unidades famílias adotam nos diferentes lugares onde a pluriatividade se manifesta.

A partir da análise dos países de capitalismo avançado, Schneider aponta que a pluriatividade tem como característica comum a dissociação de alguns membros do núcleo familiar do processo de produção agrícola. Em geral ela ocorre entre agricultores com pequenas propriedades. Através do recurso aos empregos extra-agrícolas, esses agricultores buscam ampliar a renda familiar ou manter a paridade com os ganhos dos trabalhadores urbanos (1994).

Um dos aportes teóricos mais importantes dessa perspectiva é aquele fornecido por Chayanov. Segundo Sacco dos Anjos (2000) o referencial teórico proposto por Chayanov se contrapõe as colocações de Lênin e Kautsky. Segundo Sacco dos Anjos “(...) La principal divergencia reside en el rechazo a los que hablan en favor de la necesaria, legítima y oportuna “*salida de escena*” de los campesinos de la historia por representar una forma social anacrónica, superada y técnicamente ineficaz” (2000, p.23).

Segundo Chayanov (1974) os recursos às atividades não-agrícolas seria uma estratégia de alocação da força de trabalho da família rural, frente ao ambiente econômico no qual está inserida sua unidade produtiva. Para esse autor, o equilíbrio entre trabalho e consumo é fundamental, pois é isso que garante as condições de reprodução social da unidade familiar. Para Chayanov o produto do trabalho familiar varia por múltiplos fatores, tais como a situação do mercado, a disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e a composição da família, a quantidade de terra, dentre outros. Como coloca Saccos dos Anjos (2000, p. 26)



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



“(..) lo crucial es que se trata de una estructura generadora de “valores de uso”, en donde el móvil de sus actitudes e iniciativas es la búsqueda de la satisfacción de las necesidades familiares de consumo y no cómo lo harían empresas capitalista que persiguen una ganancia mínima para intervenir en el proceso de producción (...) lograda la satisfacción de las demandas del consumo familiar, se produce una situación de equilibrio, de suerte que la producción se detendrá en este punto en virtud de que cualquier otro aumento del trabajo familiar resultará desventajoso al imponer un desgaste adicional de energía, teniendo en cuenta que las necesidades familiares ya se encuentran atendidas (...)”. Nesse sentido, a estratégia de reprodução da unidade familiar busca equilibrar seu consumo e seu trabalho, de modo que há um equilíbrio entre ambos. Isso implica que há diferentes pontos de equilíbrio ao longo da história familiar, à medida que a composição etária da família se altera. Portanto, a pluriatividade pode ser uma forma a que essas famílias recorrem para chegar ao equilíbrio entre consumo e trabalho.

Além disso, Chayanov reconhece que o recurso às atividades não-agrícolas e a divisão do tempo entre atividades agrícolas e não-agrícolas também é influenciada pelos elementos técnicos que influenciam a produção (tecnologia), bem como, as condições econômicas gerais. Como coloca Sacco dos Anjos (2000, p. 27) “(...) la unidad familiar de producción reacciona ante las condiciones externas, pero, sobretudo en función de las demandas y tensiones internas”.

Portanto, é natural que os adeptos dessa abordagem optem por eleger a família como a unidade de análise principal, dado que é ela quem, de fato, define e conforma a pluriatividade.

Para Lehmann (1980 *apud* Sacco dos Anjos, 2000, p.27) as divergências entre a interpretação de Chayanov e Lenin podem ser explicitadas da seguinte forma “(...) ambos coinciden en que existe desigualdad entre las pequeñas empresas agrícolas pero donde Chayanov la interpreta como producto de un ciclo demográfico, para Lenin es un producto de la penetración de la economía de mercancías dentro de la economía (...) Lenin y Chayanov, presentando el uno una teoría de clases y el otro una teoría de la empresa, son entonces el punto de partida de una nueva teoría de la estructura agraria la cual puede dar cuenta tanto de las relaciones de clase como de la racionalidad de la empresa, mientras conserva una distinción conceptual entre las dos”.

Nascimento (2005) analisando o aporte teórico desenvolvido por Schneider, coloca que para este autor, o fenômeno da pluriatividade deve ser estudado a partir da dinâmica interna da família, além de terem que ser apreendidas suas reações ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. Porém, é a dinâmica das famílias e sua relação com a estrutura agrária é que tem a supremacia em modificar a estratégia da pluriatividade, e não o ambiente exterior. Nesse sentido, ele vê a pluriatividade como fenômeno microestrutural, apesar de considerar que o ambiente macroestrutural pode estimular a geração e a expansão da pluriatividade. Como coloca Nascimento sobre Schneider (2005, p. 43) “(...) porém, ele considera difícil aceitar que a pluriatividade decorre diretamente dos referidos processos sociais e econômicos que são externos às unidades produtivas familiares, sem implicar qualquer tipo de reação dos sujeitos afetados, resultando estes apenas em simples coadjuvantes, não contribuindo, em alguma medida, para a afirmação e significação da pluriatividade (...) é preciso descer ao ambiente intra-familiar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que maneira ela exerce



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



essa pluriatividade”. Além disso, Schneider (2003) ressalta que é justamente por esse enfoque na unidade familiar que não se pode identificar a pluriatividade como sendo resultante da dinâmica dos mercados de trabalho.

Contudo, da mesma forma que coloca Graziano da Silva, o autor anterior não crê num completo abandono das atividades agrícolas “(...) a busca de um trabalho não-agrícola não implica necessariamente em um rompimento com as atividades propriamente agrícolas ou, pelo menos, com determinadas tarefas da propriedade” (Schneider, 2000,). Pelo contrário, muitas vezes é a partir das atividades não-agrícolas que vem os recursos necessários para dar continuidade às atividades agrícolas.

Por outro lado, para o enfoque teórico da pluriatividade como estratégia de reprodução social, a pluriatividade não é um fenômeno marginal ou transitório como para o enfoque do “novo rural” e não representa um processo com tendência a generalização para todas as áreas rurais. Ela tende a existir como uma característica ou estratégia de reprodução das famílias de agricultores, onde a articulação com os mercados se dá através de atividades não-agrícolas (Schneider, 2005) o que não acontece em todo lugar ainda, tendo em vista a heterogeneidade do espaço rural brasileiro.

Vale ressaltar que Graziano da Silva também vê o meio rural como heterogêneo, mas como resultado do processo de diferenciação social que é generalizado no meio rural pelo avanço do capitalismo no campo.

O autor crê haver duas interpretações equivocadas que surgem no debate sobre a pluriatividade. Primeiro, que a ascensão das atividades não-agrícolas levaria inexoravelmente ao desaparecimento ou diminuição da importância da agricultura e da pecuária como atividades produtoras de fibras e alimentos para consumo humano. Para ele esse equívoco se deu pela falta de ênfase dada por parte de alguns pesquisadores do Projeto Rurbano, de que a ascensão dessas atividades não levaria ao fim das atividades agrícolas. Esses pesquisadores teriam, então, se preocupado mais em exacerbar sua ênfase na ascensão das atividades não-agrícolas (Schneider, 2000).

O segundo equívoco estaria relacionado à afirmação de que o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural implica, necessariamente, na expansão da pluriatividade. O fato de que uma das características da pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas não significa que o aumento das atividades não-agrícolas implica num aumento da pluriatividade, pois fazer essa relação mecânica significa desconsiderar uma série de complexas relações internas à dinâmica da família que tem na pluriatividade uma estratégia de reprodução. Para Schneider, “(...) se em outras épocas os agricultores recorriam esporadicamente aos trabalhos não-agrícolas, visando complementar as receitas da propriedade, atualmente este fenômeno é permanente e representa muito mais que uma mera suplementação de renda” (2000, p.1-2).

Outra autora que compartilha a visão microestrutural da pluriatividade é Maria de Nazareth Wanderley Baudel. Segundo ela “(...) pode-se formular, (...), a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. A pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente –e diria mesmo, cada vez mais– a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar” (Wanderley, 2001, p.37).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Vale ressaltar que, os teóricos desse enfoque não descartam a influência da macroestrutural no fenômeno da pluriatividade, vide Schneider (2003, p. 92) “(...) parte-se do pressuposto de que a forma familiar existe no interior da sociedade mais ampla e que, em determinadas situações históricas, ela certamente terá sua dinâmica e reprodução determinadas pelo regime capitalista. Mas essa não é uma regra universal e o modo pelo qual a forma familiar se relaciona com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, essas formas sociais acabaram sucumbindo e sendo absorvidas pelo próprio capitalismo, mas, em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a agricultura familiar pode desenvolver relações até relativamente estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes no capitalismo (...)” (2003, p.92).

A perspectiva da pluriatividade como “estratégia de reprodução social”, ao contrário da perspectiva anterior, está calcada num arcabouço teórico plural, dos quais podem ser destacadas algumas contribuições teóricas para além das de Chayanov, tais como Fuller (1990) e Marsden (1993).

Para Fuller a pluriatividade resulta dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado, sendo que a natureza da divisão interna do trabalho exerce influência decisiva sobre as estratégias de reprodução adotadas por essas unidades. A pluriatividade seria uma reação dos agricultores as condições objetivas do ambiente no qual estão inseridos, contudo, depende também da percepção desta realidade por parte de cada família ou indivíduo, que se deve a aspectos subjetivos ou individuais e coletivos do qual depende. (Schneider, 2000). Dessa forma, o autor resalta a importância da unidade familiar como fator decisivo para a emergência da pluriatividade, à medida que esta depende da percepção da unidade familiar em relação ao ambiente no qual ela está inserida, portanto, não dependendo somente das condições exteriores à família.

Contudo, Fuller constata ainda que, a pluriatividade apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja, a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho (Schneider, 2000).

Já Marsden (1993) coloca que a pluriatividade seria o resultado do recuo do padrão fordista de produção, que possibilitaria a revitalização de formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural. Apesar desse enfoque ter preponderantemente um enfoque macroestrutural ela é aceita por Schneider e incorporada a seu referencial teórico. Nesse sentido, é importante colocar que nenhum das abordagens de pluriatividade tratados neste artigo ignoram a contribuição do outro, pelo contrário, a abordagem macroestrutural incorpora a decisão familiar *vis à vis* a abordagem microestrutural que incorpora a influência do ambiente externo à familiar, porém em ambos os casos, esses aspectos são relegados a um papel secundário no processo de emergência da pluriatividade.

Da mesma forma que no enfoque do “novo rural”, Schneider (2005, p.25) aponta ser necessário haver uma reorientação das formas de intervenção do Estado e das políticas públicas. Para ele a globalização tem influenciado às mudanças nos espaços rurais e que esse processo levou a uma ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas, contudo, essas novas configurações no meio rural que estão sendo pouco consideradas na definição das políticas públicas para promoção do desenvolvimento no meio rural. Assim, como Graziano da Silva, Schneider coloca a inadequação das políticas públicas para o meio



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



rural, dada as mudanças que vem ocorrendo neste espaço, fruto das mudanças trazidas pela globalização.

Para o autor a pluriatividade pode vir a se constituir como elemento propulsor do desenvolvimento, à medida que a diversificação das atividades não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de repertório variado de ações, iniciativas, escolhas e/ou estratégias (Schneider, 2005).

Assim, da mesma forma que Graziano da Silva, Schneider (2000) aposta na pluriatividade como a dinâmica central de um processo de desenvolvimento rural. Ambos coloca que através da pluriatividade os agricultores podem diversificar suas atividades, bem como suas fontes de acesso as rendas. Dentre as vantagens da pluriatividade para a promoção do desenvolvimento podem ser citadas: a elevação da renda familiar no meio rural, a estabilização da renda face a sazonalidade da atividade agrícola, a diversificação das fontes de ingresso de renda, geração de emprego e renda, redução das migrações campo-cidade, estímulo a mercados locais, promoção de mudanças nas relações de poder e gênero dentre outras, mas a diferença está no fato de que Graziano da Silva vê esse processo como sendo transitório, dada a tendência inexorável do capitalismo de transformar os agricultores em proletário ou burguês, enquanto, Schneider vê esse processo como permanente, sendo uma opção da unidade familiar.

Ao considerar a pluriatividade como fundamental para a promoção do desenvolvimento no meio rural, o autor tece algumas indicações de políticas públicas que vão no sentido de (Schneider, 2005, p.39):

- 1) combinar instrumentos de estímulo à atividades agrícolas e outros que fortaleçam e expandam as atividades não-agrícolas, o que não tem sido o caso das políticas atuais para a agricultura familiar (mais especificamente o caso do PRONAF);
- 2) investigar quais instrumentos seriam os mais adequados para estimular um ambiente social e econômico favorável ao aparecimento da pluriatividade;
- 3) promover a consertação entre os diferentes níveis de governo (local, estadual e federal) para que não haja sobreposição e que a ação de uma esfera não gere impedimentos a atuação da outra;
- 4) diferenciar as iniciativas de geração da pluriatividade, segundo as características locais e regionais, o que implica em instrumento e ações diferenciadas;
- 5) criação de infra-estrutura (estradas, meios de comunicação e etc) para auxiliar no desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Wanderley observa que as famílias pluriativas possuem uma cultura que é necessária a dinamização técnico-econômica, ambiental, sociocultural do meio rural, portanto, sendo fundamental para o processo de desenvolvimento rural.

Dado que a perspectiva da pluriatividade como estratégia de reprodução social resgata a importância das atividades agrícolas na conformação da estratégia da unidade familiar, a questão da reforma agrária teria um caráter mais econômico do que social, ao contrário daquilo apontado na perspectiva anterior. Isso, porque o acesso à terra teria não somente a função de dar condições da produção agropecuária e, assim, ser mais uma fonte de renda, mas também recuperar as forças sociais ligadas à agricultura, que seriam importantes numa estratégia de desenvolvimento rural. Como coloca Wanderley (2001, p.40) “(...) a reforma agrária é, sem dúvida, o caminho para resolver a questão da terra que permanece pendente até

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

hoje no País. A disseminação de assentamentos, na medida em que estes se tornam uma “sementeira” de agricultores familiares, permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento, que existem na agricultura (...).”

Apesar do foco do presente artigo ser investigar as perspectivas extremas (micro e macroestrutural) do fenômeno da pluriatividade e sua interface com o desenvolvimento, vale ressaltar brevemente que há uma gama de autores, como colocado anteriormente, que buscam “casar” ambas perspectivas, tais como Sacco dos Anjos (2000), Kageyama (1998), Carneiro (2005). Sacco dos Anjos e outros autores sugerem que o fenômeno da pluriatividade é resultante de uma estratégia de ação das famílias na medida de seu caráter pró-ativo, como, também, uma prática circunstancial, que está subordinada pelo ambiente socioeconômico, à luz da correlação de forças que imperam sob tal cenário, e que é capaz de determinar as próprias expressões da agricultura de base familiar (Cortes, Sacco dos Anjos e Velleda, 2005).

Já Kageyama (1998, p.21) coloca que “(...) no nível micro, a unidade de análise pode ser a família. Mas a ‘segunda atividade’ não se exerce em abstrato ou deslocada do resto da economia, e sim num mercado de trabalho, que deve constituir um outro nível analítico. Este não é propriamente macro, mas talvez ‘mesoeconômico’ (contexto), pois a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes.”

Carneiro (2005) coloca que o termo pluriatividade deve designar somente aqueles fenômenos onde os recursos às atividades não-agrícolas por famílias agrícolas estejam contextualizado pela crise do modelo de modernização agrícola e pelas alternativas de trabalhos criadas pelas novas configurações entre campo e cidade. Segundo a autora “(...) sendo assim não se torna adequado generalizar o uso do termo pluriatividade para designar toda e qualquer situação em que encontramos a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior de uma mesma família”.

Nesse sentido, Carneiro (2005) coloca ainda que sob esse ponto de vista, a pluriatividade seria ao mesmo tempo estrutural (como propõem Schneider) e conjuntural (como propõem Graziano da Silva). Seria a combinação de fatores internos e externos a dinâmica familiar que darão sentido e significado ao recurso às práticas não agrícolas por parte das famílias dos agricultores, podendo ela ser um recurso que pode se enraizar como mecanismo de reprodução social das famílias, desde que determinadas condições permaneçam indicando que, uma nova forma de realização da agricultura familiar estaria sendo concebida.

3. AS CRÍTICAS A PERSPECTIVA DA PLURIATIVIDADE

O debate sobre a pluriatividade no Brasil por ser recente e bastante controverso tem gerado uma série de críticas. Resgatemos algumas delas com o objetivo de compreender melhor a natureza das abordagens.

A primeira crítica a pluriatividade é em relação a sua “novidade”, já que a combinação das atividades não-agrícolas com a agricultura por membros de famílias camponesas é uma prática muito antiga. Nesse sentido, essa combinação não seria suficiente para definirmos a pluriatividade (Carneiro, 2005).

Buainain et al. (2003) também tecem uma série de crítica a perspectiva da pluriatividade, enquanto eixo de promoção do desenvolvimento para o caso da agricultura brasileira. Para eles o “novo rural” não é novo, pois o desenvolvimento urbano sempre se deu a partir do avanço sobre os espaços rurais, as ocupações não-agrícolas sempre existiram, e as



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



ocupações periurbanas sempre foram impulsionadas por atividades urbanas. Assim, os autores questionam se essa ampliação das atividades não-agrícolas no meio rural seria suficiente para negar que o desenvolvimento com equidade passaria pelo fortalecimento da agricultura familiar, enquanto organização social dedicada à atividade agropecuária.

Esses autores criticam ainda a interpretação por muitos acadêmicos de que, o aumento das atividades não-agrícolas seja um resultado de um processo histórico e que o Brasil estaria se aproximando dos países capitalistas desenvolvidos, já que nesses países isso também aconteceu (o aumento das atividades não-agrícolas e a redução das atividades agrícolas), posteriormente ao processo de modernização. Partindo desse princípio então, uma reforma agrária no atual contexto seria interessante somente se tivesse um caráter social, como aponta Graziano da Silva. Assim Buainain et al. colocam que essa visão do “novo rural” serve como justificativa intelectual para políticas que em última instância manteriam o *status quo* agropecuário do país, caracterizado por forte desigualdade econômica, social e altos níveis de pobreza, “(...) com efeito nos últimos anos o argumento do novo rural vem sendo utilizado para justificar a necessidade de abandonar políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não-agrícolas, limitando-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais àquelas que se considera competitivas por ocupar nichos de mercado, de produtos especiais de alto valor agregado cuja produção requer o uso intensivo de mão-de-obra (2003, p.2)”.

Os autores apontam ainda que a perspectiva teórica da pluriatividade não considera as especificidades que distinguem o Brasil dos países capitalistas desenvolvidos, onde as condições de inserção no mercado de trabalho são bastante diferentes, frutos de processos históricos distintos. Nesses países (capitalistas desenvolvidos), o êxodo rural foi um processo equilibrado, impulsionado pela expansão das oportunidades de emprego urbano-industrial e não pela falta de alternativas no meio rural como foi no Brasil. Além disso, a evolução do emprego rural não-agrícola representou uma oportunidade para aumentar a renda familiar equiparando os rendimentos dos assalariados rurais aos urbanos. Já no Brasil, a evolução desses empregos não-agrícolas veio representar a chance de sobrevivência no campo (Buainain et al., 2003).

Mior (2000) critica a perspectiva da pluriatividade por acabar supervalorizando o não-agrícola como estratégia para o desenvolvimento rural. Por outro lado, o “novo rural” acabaria englobando tudo o que está acontecendo no meio rural o que também pode ser questionado.

Outra crítica feita ao enfoque da pluriatividade (Wilkinson, 2000, p.26) é que ele tenderia a aceitar a irreversibilidade do processo de modernização agrícola (que poderia ser constatada quando interpreta as tendências ao declínio das ocupações agrícolas, bem como quando se referencia a uma agricultura de duas velocidades). Contudo, novas exigências dos atores econômicos a favor de produtos com menos insumos químicos, não transgênicos, dentre outros, podem colocar em xeque o futuro do modelo produtivista e nesse sentido, a irreversibilidade do processo de modernização. Certamente que nada exclui as possibilidades que tais tendências sejam apropriadas pelos grandes empreendimentos agrícolas, contudo, atualmente elas possibilitam a revalorização da produção familiar.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da comparação entre as perspectivas teóricas aqui analisadas é possível traçar uma série de características que lhes são comuns, como também uma série de divergências.

A principal diferença é a origem do fenômeno da pluriatividade. Enquanto o “novo rural” vê a pluriatividade como um fenômeno macroestrutural, a pluriatividade vista como “estratégia de reprodução social” tem o fenômeno como predominantemente microestrutural. Contudo, ambos concordam que a pluriatividade pode ser a dinâmica central para a promoção de um virtuoso processo de desenvolvimento rural.

Porém, o fato de ambas terem diferenças teóricas significativas tem uma série de implicações importantes, vejamos algumas delas.

Em primeiro lugar, o fato de que o avanço do capitalismo sobre o campo ter levado a uma maior produtividade, tornando a produção de alimentos e matéria-prima mais do que suficiente para as necessidades de consumo, implica que uma reforma agrária não se justifique mais produtivamente, mais sim socialmente, dado que é importante a manutenção do homem no campo, evitando a ampliação do êxodo rural. Portanto, sob esse, ponto de vista o estímulo a atividades não-agrícolas é fundamental para manter a população no meio rural. Já do ponto de vista da pluriatividade como estratégia de reprodução social, a reforma agrária ainda teria espaço produtivamente, porque, a atividade agrícola é vista como parte de fenômeno que é a pluriatividade, portanto, incentivar a pluriatividade é incentivar as atividades-agrícolas. Além disso, a reforma agrária auxiliaria na recuperação da forças sociais ligadas à agricultura que são consideradas importantes numa estratégia de desenvolvimento rural.

Em segundo lugar ambas perspectivas vêem o meio rural como heterogêneo, mas para o novo rural seria resultante do processo de diferenciação social que é generalizado no meio rural pelo avanço do capitalismo no campo. Para a perspectiva da estratégia de reprodução social essa diversidade seria fruto muito mais de processos históricos diferenciados, bem como, de estratégias familiares diferenciadas.

Uma terceira diferença é que Graziano da Silva vê a pluriatividade como um fenômeno transitório, à medida que os agricultores tenderão ao mercado de trabalho, sendo proletário, ou se tornarão agricultores burgueses. Já Schneider vê a pluriatividade como uma característica daquelas famílias onde a estratégia de reprodução passa pela articulação com os mercados via atividades não-agrícolas.

Uma outra diferença é em relação à visão das atividades não-agrícolas. Para a perspectiva da ‘estratégia de reprodução social, a pluriatividade não estaria exclusivamente associada a atividades não-agrícolas ou a mudanças no mercado de trabalho, ela vai para, além disso, porque é fruto de mudanças interna a família segundo o ambiente que a circunda, ou seja, é um processo bem mais complexo.

Contudo, essa diferenciação entre pluriatividade e atividade não-agrícola aparentemente seria menos importante para a perspectiva do ‘novo rural’, dado que ambas estão tão intimamente imbricadas, sendo a pluriatividade o fenômeno de expansão das atividades não-agrícolas no meio rural.

Apesar de suas diferenças em termos teóricos ambos crêem que a pluriatividade é um elemento chave para um processo de desenvolvimento rural virtuoso, à medida que este é um fenômeno em ascensão no meio rural e que viabilizaria a ampliação das



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



fontes de renda das famílias. Porém, as diferenças acabam implicando em diferenças nas recomendações de políticas públicas.

Ambos concordam com a necessidade de haver um redirecionamento das políticas públicas, pois estas são inadequadas para fomentar um processo de desenvolvimento rural que considere as novas dinâmicas no meio rural, ou seja, as políticas públicas atuais teriam um forte viés agrícola que a cada dia se torna mais inadequado para o meio rural.

Mas, Graziano enfoca que sejam adotadas políticas de caráter urbano no meio rural, sugerindo a eliminação da diferenciação entre rural e urbano, como o incentivo a moradia no meio rural, a construção de áreas de lazer, a revitalização de vilas. Além disso, ressalta a necessidade de requalificação da mão-de-obra rural, o que denota que as atividades não-agrícolas, e, portanto, a pluriatividade é resultado de alterações no mercado de trabalho.

Ambos ressaltam a necessidade de criação de maior infra-estrutura no meio rural e estímulo as atividades não-agrícolas, contudo, Schneider destaca a importância da criação de maiores estímulos para o fortalecimento da atividade agrícola.

A abordagem da pluriatividade vista em seu todo sofre uma série de críticas, principalmente, porque a referência para pensar a pluriatividade no Brasil é o que aconteceu na Europa, ou seja, seria em certa medida seria a transposição do que aconteceu no velho continente para a realidade brasileira, que é totalmente distinta.

Porém, apesar das críticas e das divergências em relação ao fenômeno da pluriatividade, novas dinâmicas vem surgindo no rural e é necessário buscar a compreensão destas, seja utilizando o caso europeu como referência, seja partindo de outras referências, dado que um fenômeno pode ser investigado sob diversos pontos de vista.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: ARBACHE, J. (org.). Pobreza e mercados no Brasil: Uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL/DFID. 2003.

ABRAMOVAY, R.. A agricultura familiar entre o setor e o território. In: Seminário Internacional Territórios Rurales em Movimento Movimientos Sociales, Actores y Instituciones del Desarrollo Territorial Rural, 2006, Santiago. Anais do Seminário Internacional Territórios Rurales em Movimento Movimientos Sociales, Actores y Instituciones del Desarrollo Territorial Rural, 2006

BUAINAIN, et al. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**. Porto Alegre. v. 10, p. 312-347, 2003.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. Trabalho apresentado no I colóquio agricultura familiar e desenvolvimento rural. Porto Alegre: GEPAD/PGDR/ UFRGS. 2005

CHAYANOV, A. V. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974

CORTEZ, Fernando Pacheco, SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádya Velleda - Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 13, n. 25, novembro 2005.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. *Development Policy Review*, 19 (4): 437-448, 2001

FULLER. A. M. From Part Time Farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, local? London, v.6, n.4, p.361-373, 1990;



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



GRAZIANO DA SILVA, J. Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 60-63, 2001a.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. ; GROSSI, M. E. A evolução da Agricultura Familiar e do Agribusiness nos anos 90. In: Henrique Rattner. (Org.). *Brasil no Limiar do Século XXI*. 1 ed. São Paulo, 2001, v. 1, p. 139-157.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2003. v. 1. 238 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. F.; GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro?. In: II Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2002, Santa Cruz do Sul. *Turismo Rural*. Santa Catarina: UNISC, 2002. v. 1. p. 107-112

GRAZIANO DA SILVA, J. F; CAMPANHOLA, C. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna/SP, 2000, v. 4, p. 61-91.

GRAZIANO da Silva, J. O Novo Rural Brasileiro' *Revista Nova economia*, Belo horizonte. 7(1):43-81, mai. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: NEAD (org). José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001b.

GUANZIROLI, C. E. ; ROMEIRO, A ; BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar e novo mundo rural. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

GUANZIROLI, C.E. et.alii (2001) *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro, Garamond,

KAGEYAMA, A. (1998). Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 3 ed, 1988.

MARSDEN, T. et al. *Constructing the Countryside*. Oxford, Westview Press, 1993.

MATTEI, L. F. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento)

MIOR, L. C. A agricultura familiar e o rural não agrícola como estratégias de desenvolvimento rural: as controvérsias do debate. In: *Annals of World Congress of Rural Sociology*, 2000, Rio de Janeiro. *Annals of World Congress of Rural Sociology*, 2000

NAVARRO, Z. S. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001

SACCO DOS ANJOS, Flávio. *Agricultura Familiar, Pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil*. Tese de doutoramento. Doutorado em Agroecología Sociología y Estudios Campesinos. UNIVERSIDADE DE CÓRDOBA, UCO, Espanha. 2000.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S. A agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: X CONGRESSO MUNDIAL DE



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



SOCIOLOGIA RURAL (IRSA) e XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 2000, Rio de Janeiro. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) e X Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA). Rio de Janeiro: UNICAMP/IRSA/SOBER, 2000. p. 1-25.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Cadernos do CEAM, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia da agricultura à emergência da sociologia da agricultura. CADERNOS DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA, Brasília, v. 14, n. 02, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. REVISTA REFORMA AGRARIA, Campinas, v. 24, n. 03, p. 106-132, 1994.

SEN, Amartya (2001) Desenvolvimento como liberdade, São Paulo, Companhia das Letras, 409 p

SOUZA, M. (2000). Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná. Campinas, SP. Unicamp-FEAGRI. (tese de doutoramento)

VEIGA J.E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio CNDRS, MDA, NEAD, 2ª reimpressão. Texto para Discussão nº 01, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca. (Org.). Una nueva ruralidad en America Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44

WILKINSON, J. Distintos Enfoques e Debates sobre a Produção Familiar no Meio Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, p. 11-19, 2000.